

Arquitetura participativa do Saal e a Escola do Porto

Participatory architecture of the Saal and the Porto School

Arquitectura participativa del Saal y la Escuela de Porto

Edilene Silveira Alessi Lautenschlaeger, mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: ealessi@uol.com.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7227-687X>

Rafael Antonio Cunha Perrone, livre-docente nos programas de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UPM e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: racperrone@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-00003-0651-913X>

Para citar este artigo: LAUTENSCHLAEGER, E. S. A.; PERRONE, R. A. C. Arquitetura participativa do Saal e a Escola do Porto. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 54-70, 2022. DOI 10.5935/cadernospos.v22n2p54-70

Submissão: 2021-03-30

Aceite: 2022-01-26

Resumo

O presente artigo analisa a experiência da escola do Porto em Portugal nos anos de 1970 no que diz respeito ao déficit habitacional e a suas interações no processo político e social da Revolução de 25 de Abril. A Escola do Porto tornou-se “sinônimo” de arquitetura portuguesa nos recentes anos, em que a mídia se tornou relevante, abrindo ao conhecimento do público o trabalho dos arquitetos. A Escola do Porto se insere nos movimentos sociais da década de 1960, nos quais estudantes queriam mais que um modelo acadêmico: defendiam que o curso deveria habilitar o arquiteto a responder às questões sociais. Assim, alunos e professores da antiga Escola de Belas Artes do Porto – hoje Faculdade de Arquitetura do Porto – protagonizaram um importante projeto que ficou conhecido como Operação Serviço de Apoio Ambulatorial Local (Saal). O processo de arquitetura participativa denominado Saal foi um marco importante no percurso das

políticas habitacionais de Portugal com repercussão internacional, tendo maior visibilidade na cidade de Porto. Embora breve no período de vigência (1974-1976), seu grande diferencial foi a participação dos moradores no processo de projeto, fato até então inédito, que colocou “lado a lado” arquitetos, trabalhadores e o poder público.

Palavras-chave: Habitação; Saal; Escola do Porto; Álvaro Siza.

Abstract

This article analyzes the experience of the Porto School in Portugal in the 1970s with regard to the housing deficit and its interactions in the political and social process of the April 25 Revolution. The Porto School has become a "synonym" of Portuguese architecture in recent years, in which the media has become relevant by opening to the public's knowledge the work of architects. The Porto School was thrown into the whirlwind of social movements of the 1960s, in which students wanted more than an academic model, arguing that the course should enable the architect to answer social questions, so that students and teachers of the former School of Fine Arts of Porto – now The Faculty of Architecture of Porto – starred in an important project that became known as the Local Ambulatory Support Service (Serviço de Apoio Ambulatorial Local [Saal]) Operation. The process of participatory architecture called Saal was an important milestone in the course of Portugal's housing policies with international repercussion, having a greater visibility in the city of Porto. Although brief in the period that it was in force (1974-1976), its great differential was the participation of residents in the project process, a fact that was still unheard of, putting architects, workers, and the government “side by side”.

Keywords: Housing; Saal; Porto School; Álvaro Siza.

Resumen

Este artículo analiza la experiencia de la Escuela de Oporto en Portugal en la década de 1970 con respecto al déficit de vivienda y sus interacciones en el proceso político y social de la Revolución del 25 de Abril. La Escuela de Oporto se ha convertido en un “sinónimo” de la arquitectura portuguesa en los últimos años, en los cuales los medios de comunicación se han vuelto relevantes al abrir al público el trabajo de los arquitectos. La Escuela de Oporto es parte de movimientos sociales de la década de 1960, en la cual los estudiantes querían algo más que un modelo académico, argumentando que el curso debería permitir al arquitecto responder a preguntas sociales, por lo que estudiantes y profesores de la antigua Escuela de Bellas Artes de Oporto – ahora La Facultad de Arquitectura de Oporto – protagonizaron un importante proyecto que se conoció como Operación Servicio Local de Apoyo Ambulatorio (Serviço de Apoio Ambulatorial Local [Saal]). El proceso de arquitectura participativa llamado Saal fue un hito importante en el curso de las políticas de vivienda de Portugal con repercusión internacional, presentando mayor visibilidad en la ciudad de Oporto. Aunque breve en el período en que estuvo en vigor (1974-1976), su gran diferencial fue la participación de los residentes en el proceso del proyecto, un hecho que todavía era inaudito, poniendo a los arquitectos, los trabajadores y el gobierno uno al lado del otro.

Palabras clave: Vivenda; Saal; Escuela de Oporto; Álvaro Siza.

INTRODUÇÃO

Nas palavras de Juhani Pallasmaa, “A arquitetura transforma o mundo físico e sem alma em lar do homem”. Sabemos e lembramo-nos de quem somos e a que lugar pertencemos principalmente por meio de nossas cidades e edificações, nosso mundo construído, o microcosmo humanizado pela arquitetura. A habitação do “estar em casa” condensa nossos sentimentos de segurança, significado e pertencimento ao lugar. Este artigo analisa a construção de habitações unifamiliares na cidade do Porto, justamente em um projeto de reformulação de bairros em que o ponto principal é manter os moradores no seu local de origem. Foi por meio do intenso momento social e político do 25 de Abril em Portugal que a arquitetura portuguesa alcançou sua maior visibilidade, até internacionalmente, em uma operação para construção de habitações para os mais carentes, que reuniu arquitetos, estudantes da Escola do Porto e moradores.

A Revolução de 25 de abril encontrou um panorama socioeconômico crítico em Portugal, e o déficit habitacional chegava a 500.000 unidades para uma população total de 8,6 milhões de habitantes. A dificuldade de instalar grandes populações que vieram do campo para a cidade a partir do século XIX gerou carências de toda ordem, como falta de abrigos, segurança e habitações com mínimas condições de salubridade, e uma situação que se perpetuaria até a Revolução. Nas décadas de 1960 e no início de 1970, a habitação era um problema de projeção mundial, e foi na disciplina de Arquitetura que essa bandeira de cunho social emergiu transformando não só o fazer da arquitetura mas também o ensinar. Após se estender por décadas sem solução e com o fim do regime de Salazar, a falta de moradia se transformou em uma bandeira, como aponta Nuno Portas:

A verdade é que, de certo modo, a habitação e, sobretudo, *as barracas*, foram sempre a grande bandeira reivindicativa ao longo de todo pós 25 de Abril; já era, de resto, antes do 25 de Abril, uma das maneiras privilegiadas e das poucas admitidas ou toleradas de dizer mal do governo (PORTAS, 1986, p. 25).

Na dinâmica dos acontecimentos que sucederam a Revolução, ocorreram dezenas de ações populares, mobilizações sociais e manifestações que reivindicavam melhores condições de vida. Esse ambiente de participação ativa das comunidades criou as condições para implementação de políticas de habitação, como o Serviço de Apoio Ambulatório Local (Saal), com suas brigadas multidisciplinares (assistentes sociais, geógrafos, arquitetos, técnicos etc.), contando com a participação dos moradores na construção das casas. A Operação Saal estendeu-se por todo o país, tendo seu maior impacto em Lisboa e na cidade do Porto, e nesta última as brigadas foram basicamente constituídas de professores e alunos da Escola de Belas Artes do Porto (Esbap). Em uma época em que a lógica de planejamento modernista começava a ser questionada, estava em causa no ensino da Escola a capacidade de integrar a (nova) arquitetura em contexto com sua própria história, sendo esse novo projeto subsidiário dessas referências.

Entre as operações na cidade do Porto, a do Bairro de São Vitor revestiu-se de especial importância, não só pela qualidade das intervenções, mas pela diversidade de situações abordadas que acabaram por se constituir em uma metodologia exemplar, sob responsabilidade do arquiteto Álvaro Siza, que já

possuía algumas experiências anteriores como o Bairro da Bouça, iniciado em 1973. O pressuposto político era garantir a municipalização do solo e fixar os habitantes nos seus lugares tradicionais de residência.

Essa aventura coletiva vai levar a Esbap, em seu momento mais conturbado dos movimentos sociais de 1968, a rever a natureza social da profissão, desencadeando mudanças profundas tanto na Escola quanto nos professores e alunos. Apesar de sua curta duração (1974-1976), a experiência do processo Saal foi considerada de grande importância como reflexão e discussão da arquitetura em Portugal, e seria também decisiva na internacionalização dos arquitetos portugueses e na visibilidade da sua contribuição para os debates que surgiam na Europa e em todo o mundo, sobre o papel social e político da arquitetura. O processo foi interrompido em 1976 e os resultados ficaram aquém dos objetivos esperados e, se as propostas elaboradas para os habitantes da “ilha” – como eram chamados os espaços onde a população carente residia – não foram marcadas por um caráter de originalidade, a metodologia utilizada certamente o foi, e essa marcante característica ficou na história das intervenções ligadas à habitação popular.

Escola do Porto

A história de um país e de uma escola

O termo Escola do Porto implica uma identidade própria, que foi construída ao longo de vários momentos históricos, em cada prática de ensino, em cada proposta, seja da diretoria, seja dos professores ou dos alunos. Assim como a disciplina de arquitetura, a história de um país está vinculada a sucessivas transformações das circunstâncias que a rodeiam, desde mudanças políticas e econômicas até culturais e técnicas. Portugal, apesar de sua uniformidade linguística e sua tradicional unanimidade religiosa, é um país de enormes contrastes, com uma pluralidade de territórios e comunidades.

Relativamente pequeno e isolado, Portugal apresenta enormes variações regionais devidas a vales, montanhas, planaltos, à região litorânea transmontana, e ao sul mediterrâneo, mas o maior contraste se encontra entre as terras do Norte e do Sul. Assim, a parte do Sul tem 61,5% de terras baixas, planaltos médios e extensas bacias fluviais, com verões quentes e longos; enquanto o Norte tem 95,4% de terras superiores a 400 metros de altura e uma área úmida e chuvosa. O contraste desse terreno condiciona duas vocações humanas: de um lado, o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa, de onde se inscreve uma forte ação histórica – a romana; de outro, a porta de entrada de todas as influências culturais mediterrâneas – desde a fenícia e a grega, passando pela romana, até a árabe. Com relação a seus recursos e provisões, Portugal sempre dependeu da importação de combustíveis e matéria-prima, e quase nunca conseguiu se bastar na produção agrícola. A emigração (principalmente para as colônias) permaneceu até a década de 1970, como o maior recurso de mudança na vida da população.

Fazendo fronteira com a Espanha de um lado, com o Oceano Atlântico do outro, e tendo uma abertura para o mar, impulsionou-se a navegação entre os séculos

XIII e XIV e, em consequência, esse fato contribuiu para o poder de Portugal sobre suas colônias na época. No processo conhecido como Expansão Marítima, as conquistas de vários e sucessivos “impérios” transoceânicos e a construção de várias cidades além-mar atravessaram seis séculos, dos anos de 1400 ao século XX. Todo esse esforço cobrou um alto preço, pois no final do século XIX, o país enfrentava uma sucessão de problemas à medida que começou a perder as antigas colônias e a enfrentar dificuldades econômicas. Em 1933, com o regime do Estado Novo, uma nova situação se apresenta com a instalação de um regime fascista, em que dominava a autopromoção nacional. A partir dos novos valores defendidos (nacionalismo extremado), gerou-se um enorme centralismo no país, que se refletiu no desenvolvimento de apenas algumas cidades portuguesas, como Lisboa, e o restante do território ficou esquecido. Considerando-se que o país estava saindo de um sistema político extremamente opressor, com um povo sofrido e com grandes dificuldades econômicas, tendo permanecido “fechado” durante décadas, observa-se que algumas características dessa sociedade reverberaram no ensino de arquitetura da Escola.

A Faculdade de Arquitetura do Porto, atualmente denominada Escola do Porto – e, até os anos 1970, Escola de Belas Artes do Porto –, é reconhecida internacionalmente como uma das marcas mais distintas da arquitetura contemporânea portuguesa. Esse título foi conquistado através de um longo caminho, marcado por sucessivos debates, conflitos e reflexões. A construção do reconhecimento de mérito que a Escola vem recebendo teve início quando Carlos Ramos assumiu sua direção, em 1952, reestruturando plataformas pedagógicas; com Fernando Távora estruturando disciplinas de desenho e projeto; com Álvaro Siza e sua consagração (Prêmio Mies van der Rohe e Pritzker em 1992); e, mais recentemente, com Eduardo Souto de Moura (Pritzker, em 2011) e sua arquitetura aclamada pela mídia. Todos esses personagens, que trouxeram “brilho” para a arquitetura portuguesa, estudaram e lecionaram na Escola do Porto.

A história dessa instituição remonta à Aula de Desenho e Debuxo, iniciada em 1780 com a finalidade de apoiar as indústrias da cidade do Porto. Em 1802, o pintor Vieira Portuense, por ocasião da abertura solene das aulas, que já contavam com 120 alunos inscritos, designa por academia essa disciplina, tentando assim dignificar a instituição e apelando para uma formação mais completa, apoiada em sólidos e diversificados estudos teóricos, bem como em exemplos artísticos de qualidade. No entanto, a desejada reforma que contemplasse um reforço no número de docentes e de disciplinas oferecidas ocorreu em 1836, com a criação da Academia Portuense de Belas Artes e, somente a partir de 1950, denominou-se Escola Superior de Belas Artes (Esbap). O curso independente de Arquitetura surgiu com a reforma de 1911 e, apenas em 1979, o curso ganhou autonomia, integrando-se como Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Das figuras proeminentes do início da Escola de Belas Artes, Marques da Silva destacou-se. Entrou em 1906 na cadeira de Arquitetura e aposentou-se na Escola no limite de idade – de 70 anos – em 1939. Foi diretor entre 1913 e 1918 e, novamente, entre 1929 e 1939, passando por duas reformas importantes, uma em 1911 e outra em 1931. A importância de Marques da Silva na Escola foi principalmente em relação ao ensino do desenho de arquitetura:

No estudo da planta há a aplicação de toda Arte e o conhecimento profundo do assunto a tratar, a fim de que ela corresponda, na sua aplicação, à necessidade a que tem de satisfazer (CARDOSO, 1997 p. 32).

O ensino de Marques priorizava o elementarismo e a disciplina do desenho, diferentemente da sua formação na Escola de Belas Artes de Paris (Ecole des Beaux-Arts), na qual se afirmou como artista. Na época que Marques estudou, o ensino da arquitetura passava por frequentar os famosos ateliês livres de grandes figuras (arquitetos e artistas) nos quais os estudantes mais novos aprendiam o ofício ajudando os mais velhos (geralmente em concursos de arquitetura). Durante sua gestão o rigor e a técnica na plasticidade do desenho eram prioridade, e foram essenciais para desenvolvimento do curso, com importância até os dias de hoje para a disciplina da Arquitetura. Contudo, seu legado mais importante está relacionado com a escola-ateliê, característica fundamental da Escola do Porto, como veremos anos mais tarde, que se perpetua para além da sua direção.

Em 1940, Carlos Ramos foi aprovado em concurso para ser professor, ocupando a quarta cadeira da Escola de Belas Artes do Porto, cargo que abandonou por um curto período (1940-1946) quando assumira a função de professor da cadeira de Urbanologia da Escola de Belas Artes de Lisboa, mas divergências pedagógicas levaram-no de volta à docência da Esbap até 1967, quando se aposentou, vindo a falecer dois anos depois. Na sua entrada na Esbap, Carlos Ramos encontrou um corpo docente com apenas dez integrantes e um curso de Arquitetura estruturado à semelhança da Escola de Belas Artes de Paris. Inicia-se então um processo de reestruturação baseado em uma aproximação humanista e democrática centrada no desenvolvimento das capacidades de aprendizagem do aluno. Consolidou-se uma nova base pedagógica em que a formação do arquiteto deveria ser mais abrangente do que apenas desenhar e projetar, mas foi sobretudo na atitude em relação aos discentes que Ramos operou uma grande transformação. Seu lema – “máxima liberdade” com “máxima responsabilidade” –, deixava o aluno livre para tomar suas decisões, desde que conseguisse defender suas ideias com argumentos precisos. Estimular a expressão de cada um, seus pontos de vista, suas escolhas: só assim os alunos teriam um campo livre de discussão para além dos muros da Escola.

Sob a direção de Carlos Ramos, a Escola passou a receber as influências do movimento moderno e dos movimentos arquitetônicos internacionais, que acabariam por se refletir na doutrina dos professores. A Escola do Porto dispôs de figuras de grande valor, como Álvaro Siza, Octávio Lixa Filgueiras, Maurício Vasconcelos, Manuel Tainha, entre outros, além de Fernando Távora, que imprimiu sua marca na escola. Em sua maioria, os arquitetos eram figuras no exercício da profissão, o que levou os estudantes a uma estreita relação com professores. Assim, em vez de um ensino restrito ao âmbito disciplinar, adotaram-se encontros nas ruas e nos ateliês. Esses encontros promoveram discussões muito além das matérias disciplinares, integrando ideias inovadoras no ensino, contribuindo para uma nova identidade da Escola.

A introdução dos cânones modernistas que agitavam as águas da arquitetura mundial coincide com a realização do *Inquérito à arquitetura vernacular de Portugal*,

que se iniciou em 1955 – em que Carlos Ramos condensa na Esbap a base de operações entre grupos de alunos e professores – tendo sido publicado em 1961, quando se procurava a face arquitetônica de Portugal. Alunos como Sergio Fernandes falam da sua vivência na época:

A minha formação, na Escola do Porto, coincide com o período da elaboração do Inquérito [...] a geração à que pertencei entrou <venerando Le Corbusier>, acabou por rever-se numa espécie de proposição mais humanizada e próxima, decorrente do contacto [sic] com a arquitectura [sic] popular (FERNANDES, 2011, p. 39).

A partir da leitura das construções do país, a utopia do modernismo, que balizava tudo como um horizonte abstrato que se construiria a partir do zero, foi refutada, em função da procura de uma identidade cultural. Porém, antes mesmo do início dos trabalhos do Inquérito, ao procurar um “caráter nacional” nas condições de cada região de Portugal (social, econômica, climática, material etc.), Távora antecipa suas principais conclusões: “A casa popular fornecer-nos-á grandes lições porque ela é a mais verdadeira, a mais funcional e a menos fantasiosa” (FERNANDES, 2010, p. 113). Na procura de respostas para as questões já recorrentes entre os arquitetos, Távora publica seu primeiro texto relevante: *O problema da casa portuguesa*, contribuindo para uma ideia de arquitetura mais abrangente. Mais que defender uma arquitetura portuguesa ou contemporânea, Távora aponta um caminho, uma metodologia, um saber fazer que definiria uma prática futura construída ao lado de um trabalho teórico, permanecendo na essência da Escola.

Fernando Távora criou uma cadeira no primeiro ano da Escola denominada Teoria Geral da Organização do Espaço, que ainda hoje representa um dos pontos importantes na formação do arquiteto português. Diplomado pela Esbap em 1951, iniciou sua longa e marcante atividade pedagógica a convite de Carlos Ramos, juntamente com outros assistentes em uma colaboração voluntária. Além de ser uma figura respeitada no meio arquitetônico, Távora seria um dos primeiros a defender a ideia de uma Escola do Porto como expressão de uma identidade coletiva e, quando começaram as tensões, Souto de Moura lembra:

Não se faziam projetos nem se desenhava; a arquitetura era uma ciência social. Tinha como professor o Távora, um dos poucos que nos pediam para fazer um projeto (ESPÓSITO; LEONI, 2013, p. 9, tradução nossa).

Os primeiros sintomas da crise na Escola começaram a aparecer em nível pedagógico com a saída de Carlos Ramos em 1967, com a insatisfação do corpo docente (problemas contratuais) e, a partir de então, a Esbap entrou em um ciclo de instabilidade crescente, que só teve fim após a Revolução de 1974. Nos anos letivos de 1968 e 1969, os problemas da Escola chegaram a um impasse com a maioria dos docentes pedindo demissão do curso de Arquitetura, levando o ensino à total paralisação, inaugurando um período denominado recusa do desenho. Távora, que defendia a sobrevivência do desenho na pedagogia da Esbap, contou com a presença estabilizadora de Álvaro Siza, arquiteto sempre disposto a ensaiar novos caminhos que assegurassem a sobrevivência do desenho na atividade profissional.

A fim de que se resolvesse o impasse, o Ministério da Educação aceitara (por despacho de 4 de abril de 1970) o regime experimental proposto por elementos do corpo docente e discente. A aprovação oficial dessa experiência teve grande repercussão na imprensa e na sociedade em nível nacional:

[...] os jornais comentam como essa experiência era “inovadora” e “radical” pela gestão paritária entre professores e alunos, pela ausência faltas, de horários, e de cadeiras no sentido literal. Tudo isso em prol da integração de várias matérias estruturadas em torno de um núcleo central: o projeto de arquitetura [...] (BANDEIRA, 2014).

O ambiente de contestação política paralisou a Escola entre 1969 e 1974, e a maioria dos alunos passou a frequentar apenas os escritórios dos professores, fazendo dessa prática seu ensino. “[...] A Revolução de 1974, e o consequente processo SAAL, que se seguiu encontraram os arquitetos na rua: manifestações, ocupações e o ‘direito à cidade’. A Escola continuou ‘vazia’ [...]” (BANDEIRA, 2014).

A Revolução e o Saal

Nascido da Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, o Saal foi um dos mais importantes processos da arquitetura do país no século XX. O projeto instituído por um despacho a 31 de julho de 1974 pelo ministro da Administração Interna, do Equipamento Social e do Ambiente Costa Brás, e pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo do Segundo Governo Provisório – dirigida pelo arquiteto Nuno Portas – tinha por objetivo resolver as graves carências habitacionais e as dificuldades em estabelecer programas de construção convencional a curto prazo. A radical criatividade do programa residia no envolvimento e na participação direta das populações na concepção das suas novas habitações diferenciando-se das demais políticas públicas por não defender o deslocamento da população para bairros periféricos.

Os moradores se organizariam em associações ou cooperativas e à Câmara competiria o papel de controle urbanístico, na localização e na utilização do solo. Os interlocutores do movimento, as chamadas brigadas (assistentes sociais, geógrafos, arquitetos etc.) estavam em contato direto com as comissões de moradores, debatendo as tipologias habitacionais, as expectativas da população e o modelo de autoconstrução. Na cidade do Porto, essas brigadas foram constituídas basicamente de professores e alunos da Esbap. As brigadas eram figuras centrais na consolidação do associativismo comunitário, sendo capazes de sistematizar, por meio de levantamentos, as condições de vida das comunidades e de apoiá-las social, técnica e legalmente, ao longo de todo o processo.

As áreas que seriam objeto da Operação Saal eram denominadas ilhas. Pouco antes da Revolução de 25 de Abril, 60% dos operários da cidade do Porto viviam nessas ilhas, uma estrutura urbana característica da cidade que permitiu a permanência das populações carentes perto do centro, apesar da total falta de condições básicas de saneamento para sua sobrevivência. Essa realidade só foi alterada após a Revolução, quando a demanda por habitações de qualidade se tornou uma das maiores reivindicações da sociedade naquele momento (Figura 1).

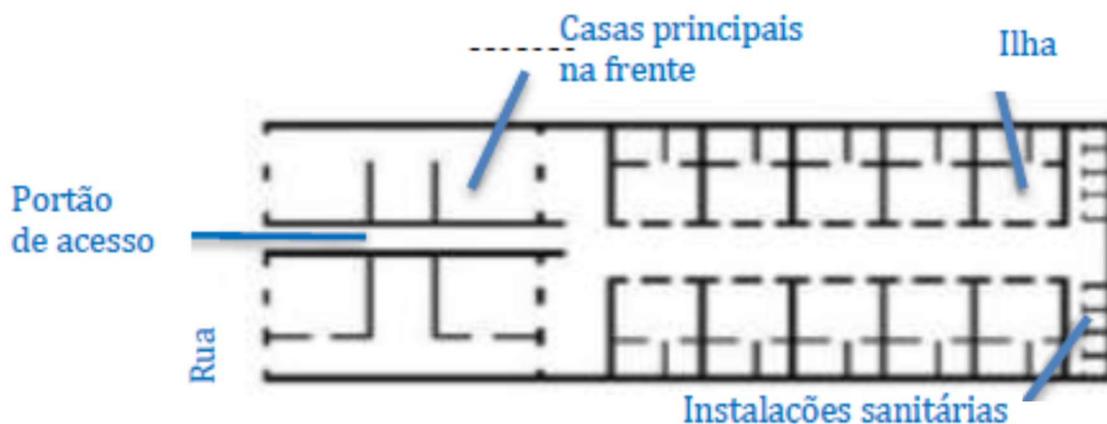
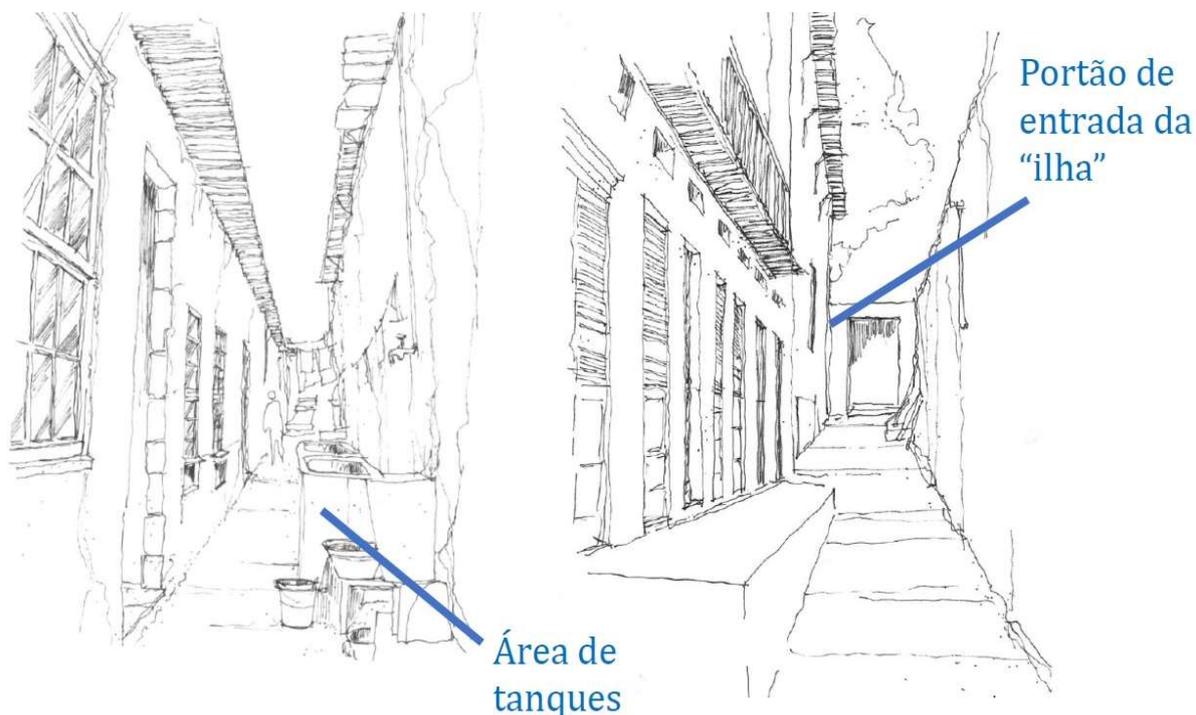


Figura 1: Planta baixa de um lote dividido em ilhas. Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

Com o crescente desenvolvimento industrial depois de 1800, houve um enorme aumento da população da cidade do Porto, o que revelou a falta de moradias. Não foi o poder público que se capacitou a resolver tal deficiência para os trabalhadores, mas, sim, uma classe ascendente da pequena e da média burguesia comercial. O parcelamento do solo da cidade acabou por consolidar uma configuração de lotes muito estreitos e profundos, que deram origem a essa estrutura denominada ilha. As casas dos proprietários eram usualmente implantadas na frente, com ventilação e acesso à rua, sobrando fundos e quintal livres. Com a grande demanda por moradias, pequeninas casinhas (ou quase cômodos) eram construídas uma ao lado do outra, com um ou dois pavimentos com aproveitamento máximo do terreno. O acesso às ilhas era normalmente feito por um corredor mais ou menos estreito cercado de pequenas habitações de um só lado ou dos dois, conforme o tamanho do lote (Figura 2).

Esta banda de casinhas com três paredes de meação e uma única exterior foi uma criação tão genial que a sua lógica modular foi utilizada em largos terrenos que já não tinham nada a ver com a forma dos talhões que lhes deram origem [...] (COSTA, 2019, p. 49).



Figuras 2: "Ilhas" Bairro São Vitor. Fonte: elaborada pelos autores com base em fotos do Arquivo Municipal do Porto, 2021.

Essa tipologia invadiu todo o anel de crescimento da cidade no século XIX e, segundo estatísticas, mais da metade da população vivia nessas ilhas. A antiga burguesia comercial do Porto agora se dedicava à rentabilização de quintais, lojas e até pequenas fábricas. Devido à discricção atrás dos muros, pequenas oficinas e comércios, associações operárias, sindicalistas, socialistas e anarquistas encontrariam seu lugar de reuniões; e as doenças também: as ilhas eram total foco de insalubridade.

Essa condição perdurou por muitos anos, até meados dos anos 1950, quando indústrias começaram a se desenvolver e a avançar para os terrenos da periferia e surgiram os chamados bairros municipais, que abrigavam moradores de algumas ilhas. A pressão popular, devida às doenças e epidemias que se espalhavam pela cidade, fez que essa população fosse despejada e levada para bairros periféricos com titularidade precária. Em uma época repressiva, os moradores foram submetidos a uma espécie de "vigilância" de bom comportamento moral e civil, sob pena de seus imóveis serem retomados.

Pelo menos no Porto, o Saal constituiu um momento de grande importância como reflexão sobre a cidade *histórica* e a primeira oportunidade de os arquitetos trabalharem no centro histórico da cidade. Assim, as chamadas ilhas, como primeiras habitações operárias, revelariam "[...] direito à cidade e até o direito ao lugar, como se dizia no 25 de Abril, construídas por gerações de sofrimento e memórias [...]" (COSTA, 2019, p. 53).

Arquitetos e alunos no Saal de São Victor

[...] Tínhamos que arranjar um *tipo* que soubesse fazer casas. O meu colega Adalberto Dias trabalhava com Siza. E fomos escolher o melhor (MOURA, 2014, grifo nosso).

A importância do Saal na arquitetura portuguesa pode ser dimensionada por vários estudos e debates que se seguiram após seu término, e ainda continuam. Em 2014, o Museu de Arte Contemporânea de Serralves montou uma exposição sobre o tema: “O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974-1976”, comemorando os 40 anos do processo e suas consequências para a sociedade e a Escola do Porto, com participação dos arquitetos envolvidos na época; alguns estudantes, como Eduardo Souto de Moura, Sergio Fernandes, entre outros.

O Saal se estabeleceu por decreto em 1974 e foi adotado pela Escola como uma continuidade possível dos inquéritos e levantamentos feito pelos alunos nas populações das ilhas. O ensino encerraria o papel do arquiteto artista e abriria o campo disciplinar à consciência social, por meio de um trabalho de investigação que confrontava a realidade dos estudantes com a prática disciplinar. Os alunos de Távora e de outros professores também faziam levantamentos e desenhos que não exigiam tanto rigor técnico, mas certo discernimento e autonomia crítica na seleção dos elementos que seriam importantes para o projeto, muito semelhante à pesquisa feita para o Inquérito. Em 1971, alunos como Souto de Moura colocaram em prática a visão social da arquitetura, por meio do envolvimento no programa Saal no Bairro de São Vitor:

Trabalhamos na ESBAP a fazer inquéritos, levantamentos das casas, núcleos de habitação e radiografia social do quarteirão. Quando Nuno Portas, Ministro da Habitação implantou o SAAL candidatamo-nos, e depois não sabíamos fazer projetos porque passamos o curso a discutir dialética (MOURA, 2014).

A brigada de São Victor iniciou sua operação em novembro de 1974, em uma área formada pela Praça da Alegria, rua São Victor, Bairro Senhora das Dores e ao sul, pela Alameda das Fontainhas. A estratégia assumida pelas brigadas foi privilegiar a eficiência da resposta arquitetônica apoiada em uma clara explicação das condicionantes técnicas e oferecer qualidade de habitação a baixo custo (Figura 3).

As reuniões eram semanais onde compareciam perto de dez por cento dos seiscentos moradores inscritos. Mais do que recursos explicativos [...] e desenhos, o elemento essencial seria passar à realização prática, concluindo rapidamente as primeiras construções de modo a ganhar a confiança dos moradores [...] (TAVARES, 2019, p. 111).

Os critérios construtivos recomendados pelas brigadas do Saal apontavam para técnicas simples e um baixo padrão, uma vez que se estimularia a autoconstrução, como limitar os vãos com largura máxima de quatro metros; concentração de espaços úteis em dois pavimentos; predomínio de vãos de portas e janelas estreitos e altos para redução das superfícies de proteção de luz e clima. E, assim, avançou-se em uma proposta generalizada de manutenção, reconstituição e novas habitações. A brigada organizava seu trabalho de forma a apressar a

construção, começando por projetar e construir em terrenos já disponíveis, sem necessidade de papéis e autorizações. Edifícios periféricos já desabitados eram restaurados e adaptados ao novo programa e, onde havia apenas a fundação e muros semidestruídos, uma nova linguagem se sobrepunha na tentativa de aproximação do contexto do desenho urbano da cidade (Figura 4).



Figura 3: Planta da área – Bairro São Victor e as intervenções do Saal. Fonte: Museum of Modern Art (Moma), 2021d, modificada pelos autores.

Muitos arquitetos se comprometeram com o programa, entre eles, Sergio Fernandez, no Bairro Leal; e Pedro Ramalho, no Bairro das Antas. No Bairro de São Victor, o trabalho coletivo se apoiou na competência de Álvaro Siza, que trazia algumas experiências anteriores, como o residencial do Bairro da Bouça, iniciado em 1973 – uma obra que se constituiu um referencial moderno no modo de construir a cidade, utilizando os conceitos da Escola do Porto. Em São Victor, em uma área de fragmentos urbanos de uma evolução histórica desordenada, Siza conseguiu sobrepor uma nova malha que permitiria não só trazer a unidade desejada, mas uma clareza tipológica, que só foi possível por meio de diálogos criativos com o contexto existente. As ruínas preservadas foram o artifício de Siza para conservar a memória local, evitando uma ruptura drástica na leitura do novo conjunto (Figura 5).

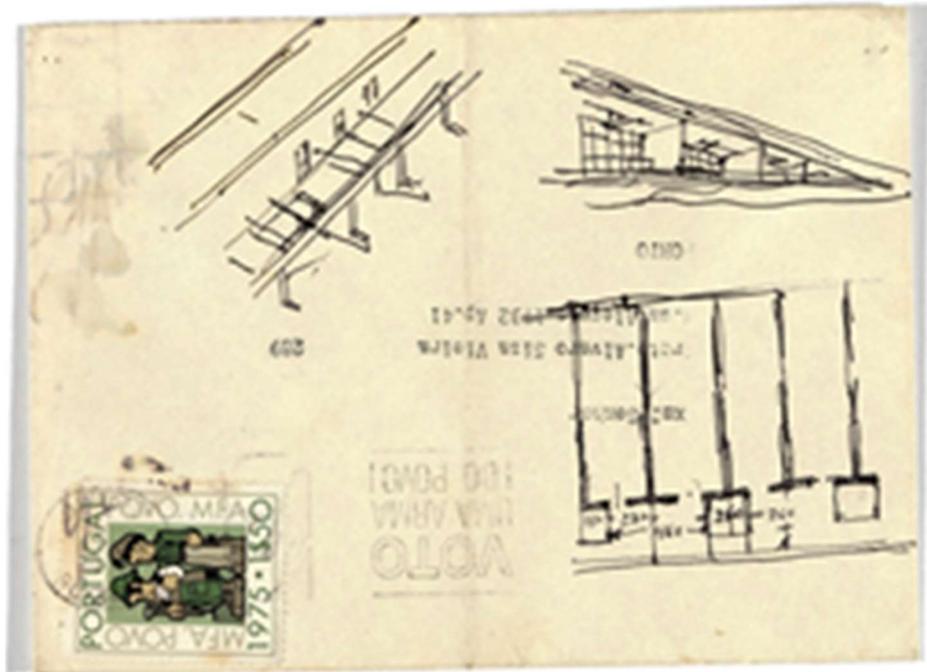


Figura 4: Croquis Álvaro Siza das casas – rua Senhora das Dores. Fonte: Moma, 2021c.



Figura 5: Casas novas (12 unidades) – rua Senhora das Dores. Fonte: Moma, 2021a.

A geração de arquitetos portugueses sempre esteve muito atenta às limitações construtivas geradas pelo rigor econômico do país, mas colocando a dimensão urbana como fator de coerência e continuidade nos processos de concepção. Nos croquis de Siza, o projeto das casas das Dores se configura em conjunto com o material (blocos) e a forma de assentamento, tudo está coeso desde o princípio. Para ganhar unidade entre tantos elementos, o arquiteto preenche vazios com alinhamentos antigos, vielas e passagens, em uma verdadeira costura projetual (Figura 6).

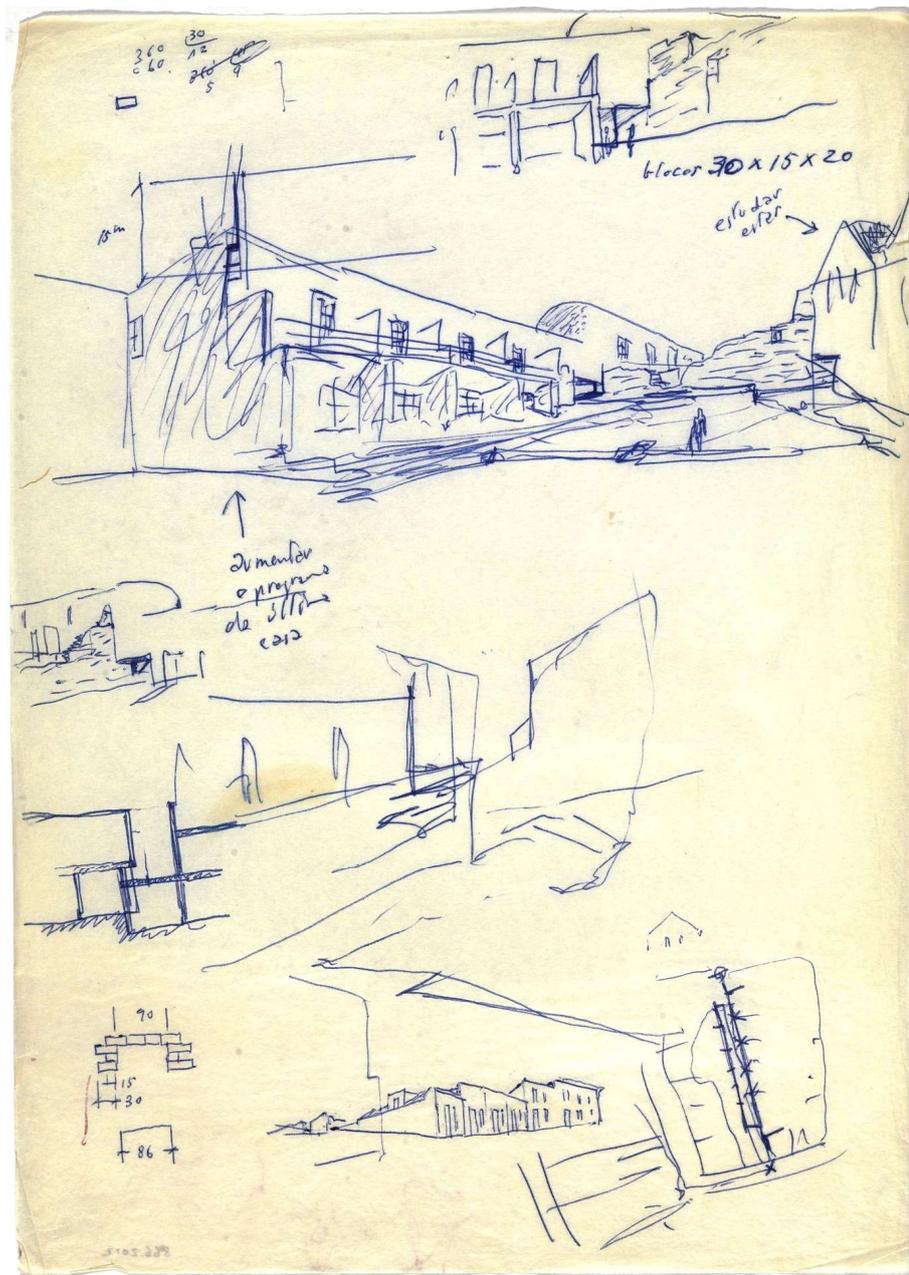


Figura 6: Croquis de Álvaro Siza – casas da rua Senhora das Dores. Fonte: Moma, 2021b.

O Saal acabou, na prática, extinto, por meio de um decreto em 27 de outubro de 1976. Estavam em atividade 169 operações em todo país, que envolviam 41.665 famílias; foram entregues 2.259 habitações; estavam no início 5.741 habitações. Dada sua mediação na época, esse trabalho valeu o reconhecimento internacional, em particular da obra de Álvaro Siza, que recebeu convites para realizar projetos em Berlim e Haia. Embora de breve duração (1971-1976), o Saal foi um momento de esperança de um final feliz, e desencadeou uma intensa atividade intelectual por parte dos arquitetos, que junto à população vivenciaram um sonho impossível (que foi possível), como dizia Fernando Távora (Figura 7).

Álvaro Siza, numa entrevista realizada por Jorge Figueira, menciona:

[...] que a arquitectura só poderá ser extraordinária quando existe “uma vontade muito grande”, relacionada com a “procura da legitimidade da autenticidade” ou com uma “crença” ou “desejo muito universal de mudança”, como foi o caso do SAAL – única experiência em que afirma talvez ter sentido isto [...] (SIZA, 2011, p. 26).



Figura 7: Únicas residências reformadas pelo Saal, existentes até hoje. Fonte: Google Earth, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Emergindo na conjuntura muito complexa que caracterizou os anos subsequentes da revolução de 25 de Abril, o SAAL assumiu o compromisso de construir habitações dignas à população que vivia nos espaços centrais da cidade em alojamentos precários, sem contudo removê-las para a periferia, dando-lhes o direito de se fixar nos seus lugares tradicionais de residência. Só esta característica já seria uma novidade em matéria de programas habitacionais para população de baixa renda. Mas a radical criatividade residia no fato da participação direta das populações envolvidas no programa e de arquitetos em

sua maioria professores e alunos das Escolas de Arquitetura, que abraçaram essa aventura coletiva.

Contudo, se o programa ficou a desejar no sentido de seu curto período de existência e abrangência na quantidade de moradias, sua experiência inovadora não seria esquecida, como não foi, sendo suas metodologias de intervenção na cidade debatidas até hoje.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, P. *O lado B da Escola do Porto*. 2014. Disponível em: www.pedrobandeira.info/Escola-do-Porto-Lado-B-2014. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BANDEIRINHA, J. A. *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- BELÉM, M. C. *O essencial sobre Eduardo Souto de Moura*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015. Disponível em: www.incm.pt. Acesso em: 22 mar. 2022.
- CARDOSO, A. *O arquiteto José Marques da Silva: arquitetura do país na primeira metade do séc. XX*. Porto: Faup, 1997.
- COSTA, A. A. A ilha proletária como elemento base do tecido urbano: algumas considerações sobre um título enigmático. In: COSTA, A. A.; COSTA, A. C.; FERNANDEZ, S. (org.). *Cidade participada: arquitectura e democracia – S. Victor*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- COSTA, A. A.; COSTA, A. C.; FERNANDEZ, S. *Cidade participada: arquitectura e democracia – S. Victor*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- ESPÓSITO, A.; LEONI, G. *Eduardo Souto de Moura*. New York: Phaidon, 2013.
- FERNANDES, E. J. C. S. *A escola do Porto: contributos para atualização de uma ideia de escola*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade do Minho, Braga, 2010.
- FERNANDES, S. *Joelho # 02*. Coimbra: Edarq – Universidade de Coimbra, 2011.
- GOMES, M. I. A. S. *Sobre a realidade social e autonomia do desenho: da ESBAB à política de habitação nos projetos do SAAL de Siza Vieira*. 2014/2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Porto, 2014/2015.
- MUSEUM OF MODERN ART (MOMA). *Álvaro Siza: SAAL S. Victor Social Housing, Porto, Portugal: 1974-1977*. 2021a. Disponível em: <https://www.moma.org/collection/works/161479>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MUSEUM OF MODERN ART (MOMA). *Álvaro Siza: SAAL S. Victor Social Housing*, Porto, Portugal (perspective sketches): 1974-1977. 2021b. Disponível em: . Acesso em: 25 fev. 2021.

MUSEUM OF MODERN ART (MOMA). *Álvaro Siza: SAAL S. Victor Social Housing*, Porto, Portugal (plan and perspective sketches): 1974-1977. 2021c. Disponível em: <https://www.moma.org/collection/works/161450>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MUSEUM OF MODERN ART (MOMA). *Álvaro Siza: SAAL S. Victor Social Housing*, Porto, Portugal (site plan): 1974-1977. 2021d. Disponível em: <https://www.moma.org/collection/works/161453>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PALLASMAA, J. *As mãos inteligentes*. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013. 160p

PEREIRA, G. M. SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História Revista da FLUP*, Porto, IV série, v. 4, p. 13-3, 2014.

PORTAS, N. O processo SAAAL entre o Estado e o poder local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 18/19/20, fev. 1986.

SIZA, A. *Reescrever o pós-moderno*. [Entrevista cedida a Jorge Figueira]. Porto: Dafne, 2011.

TAVARES, D. Processo SAAL. In: COSTA, A. A.; COSTA, A. C.; FERNANDEZ, S. *Cidade participada: arquitectura e democracia – S. Victor*. Lisboa: Tinta da China, 2019.